

JÚLIO CAMARGO DE AZEVEDO

MANUAL DE

**PRÁTICA**

**CÍVEL** PARA

**DEFENSORIA PÚBLICA**

APRESENTAÇÃO  
**CAIO PAIVA**

PREFÁCIO  
**FERNANDO DA FONSECA  
GAJARDONI**

**2ª**  
EDIÇÃO

**2019**

  
EDITORA  
**CEI**



de justiça.....	56
2.4.4.1 Breve retrospecto histórico quanto à recorribilidade do direito à gratuidade.....	56
2.4.4.2 A recorribilidade da decisão acerca do direito à gratuidade no CPC/2015.....	58
2.5 Honorários advocatícios.....	60
2.5.1 Visão geral dos honorários sucumbenciais no CPC/2015.....	61
2.5.2 Honorários advocatícios e a Defensoria Pública.....	65
2.5.2.1 A polêmica envolvendo a Súmula nº 421 do STJ e os honorários advocatícios devidos à Defensoria Pública.....	67
2.5.2.2 A impossibilidade de tabelamento prévio dos honorários envolvendo a verba sucumbencial destinada a Defensoria Pública.....	70

## **SEGUNDA PARTE - ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA DEFENSORIA PÚBLICA**

### **CAPÍTULO 1 - Os métodos consensuais de tratamento dos conflitos e o CPC/2015 ....75**

1.1 Notas introdutórias sobre a política pública consensual de resolução de conflitos no Código Processual de 2015.....	75
1.2 O novo modelo de justiça civil: a justiça multiportas (multidoor courthouse).....	77
1.3 Os métodos consensuais de resolução de conflitos no CPC/2015.....	78
1.3.1 Princípios gerais da metodologia consensual.....	78
1.3.2 Objeto: conflitos transacionáveis.....	80
1.3.3 Técnicas e métodos consensuais.....	81
1.3.3.1 Negociação.....	81
1.3.3.2 Mediação.....	82
1.3.3.2.1 A teoria dos jogos, o princípio do equilíbrio de Nash e a mediação.....	85
1.3.3.3 Conciliação.....	86
1.3.3.4 Arbitragem.....	87

### **CAPÍTULO 2 - A atuação consensual da Defensoria Pública .....90**

2.1. Os três modelos de política institucional.....	91
2.2 O defensor público pode escolher entre uma postura judicializante ou desjudicializante?... 93	93
2.3 Prerrogativas institucionais e instrumentos extrajudiciais correlatos.....	93
2.4 Por um novo perfil de atuação extrajudicial do Defensor Público.....	94
2.4.1 O perfil proativo.....	95
2.4.2 O perfil integrativo.....	95
2.4.3 O perfil preventivo.....	96
2.4.4 O perfil interdisciplinar.....	97
2.4.5 O perfil pedagógico.....	98
2.5 Norte de atuação extrajudicial: um passo a passo possível.....	99
2.6 Modelos.....	100
2.6.1 Mediação.....	100
2.6.1.1 Carta-convite para mediação.....	100
2.6.1.2 Termo de concordância.....	100

2.6.1.3 Termo de mediação – guarda e convivência familiar.....	101
2.6.2 Conciliação.....	101
2.6.2.1 Termo de acordo de divórcio, guarda, alimentos e convivência familiar .....	101
2.6.2.2 Termo de acordo de exoneração de alimentos.....	102
2.6.2.3 Termo de acordo de fixação de guarda avoenga.....	103
2.6.2.4 Requerimento de homologação de acordo.....	103

## **TERCEIRA PARTE - ATUAÇÃO PROCESSUAL CÍVEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NO PROCEDIMENTO COMUM**

### **CAPÍTULO 1 - Normas fundamentais do processo civil brasileiro.....107**

1 Normas fundamentais do Código Processual Civil de 2015.....	107
---	-----

### **CAPÍTULO 2 - Atuação da Defensoria Pública no procedimento comum .....114**

2.1 Notas gerais sobre a estrutura do procedimento comum .....	114
2.2 O procedimento comum no CPC/2015.....	114
2.3 Petição inicial .....	116
2.3.1 Requisitos da petição inicial (art. 319 do CPC/2015).....	118
2.3.1.1 Endereçamento.....	119
2.3.1.1.1 Dicas práticas para a determinação da competência.....	121
2.3.1.1.2 A determinação da competência nos Juizados Especiais.....	122
2.3.1.2 Qualificação das partes .....	123
2.3.1.2.1 A capacidade processual das pessoas casadas e em regime de união estável ...	124
2.3.1.3 Causa de pedir.....	126
2.3.1.4 Pedido .....	127
2.3.1.5 Valor da causa.....	130
2.3.1.6 Requerimento por provas .....	131
2.3.1.7 Opção pela realização de audiência de conciliação ou mediação.....	131
2.3.1.8 Modelo de petição inicial .....	132
2.4 Admissibilidade da petição inicial.....	133
2.4.1 Momento da propositura e efeitos do registro ou distribuição .....	133
2.4.2 Juízo de admissibilidade negativo da petição inicial .....	134
2.4.3 Juízo de admissibilidade positivo da petição inicial .....	137
2.4.4 Da improcedência liminar do pedido.....	138
2.5 Defesa do réu .....	140
2.5.1 Espécies de defesas.....	141
2.5.2 Impedimento e suspeição.....	143
2.5.3 A correção da ilegitimidade passiva (antiga nomeação à autoria).....	145
2.5.4 Concentração das matérias defensivas na contestação .....	146
2.5.5 Ônus da impugnação específica dos fatos .....	147
2.5.6 Revelia .....	147

2.5.7 Contagem do prazo para a contestação.....	148
2.5.8 Requisitos formais da contestação .....	149
2.5.9 Modelo.....	150
2.6 Reconvenção.....	151
2.6.1 Questões controvertidas envolvendo o instituto da reconvenção.....	152
2.6.2 Notas procedimentais sobre a reconvenção no CPC/2015.....	153
2.6.3 Modelo.....	154
2.7 Litisconsórcio .....	155
2.8 Intervenção de terceiros.....	157
2.8.1 Assistência.....	158
2.8.2 Denúnciação da lide .....	159
2.8.3 Chamamento ao processo.....	161
2.8.4 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	162
2.9 Tutela provisória: panorama geral no CPC/2015.....	165
2.9.1 Tutelas de Urgência: antecipatória (ou satisfativa) e cautelar.....	167
2.9.1.1 Requisitos, fungibilidade entre tutelas e concessão inaudita altera parte.....	168
2.9.1.2 A relativização do requisito da reversibilidade das tutelas de urgência satisfativas diante de direito fundamental.....	170
2.9.2 Tutela antecipada requerida em caráter antecedente .....	171
2.9.2.1 O fenômeno da “estabilização” da tutela antecipada.....	172
2.9.3 A tutela de urgência cautelar no CPC/2015 .....	174
2.9.4 Tutela cautelar requerida em caráter antecedente .....	176
2.9.5 Tutela da evidência.....	178
2.9.6 Modelos.....	181
2.9.6.1 Modelo de tutela antecipada requerida em caráter antecedente .....	181
2.9.6.2 Modelo de tutela cautelar .....	182
2.10 Convenções processuais.....	183
2.10.1 Limites à autonomia privada pela vulnerabilidade da parte .....	186
2.10.2 A possibilidade de sujeitos vulneráveis firmarem convenções processuais.....	187
2.11 Fase saneadora.....	187
2.12 Fase instrutória .....	189
2.12.1 Das provas .....	189
2.12.2 Distribuição dinâmica do ônus da prova in favor vulnerabilis .....	191
2.12.3 A ação probatória autônoma e a prova emprestada como garantia de não revitimização de indivíduos vulneráveis.....	192
2.12.4 Provas em espécie.....	193
2.12.5 A audiência de instrução e julgamento .....	197
2.12.5.1 A importância da oralidade e da concentração de atos judiciais quando a causa envolver pessoa em situação de vulnerabilidade.....	200
2.12.5.2 Modelo de memoriais finais .....	200

2.13 Recursos.....	201
2.13.1 Princípios recursais.....	202
2.13.2 Juízo de admissibilidade recursal .....	205
2.13.2.1 A tempestividade e a comprovação do feriado local (art. 1.003, § 6º).....	208
2.13.3 Error in procedendo e error in iudicando .....	209
2.13.4 Dos efeitos recursais.....	210
2.13.5 Recursos em espécie.....	213
2.13.5.1 Apelação.....	213
2.13.5.1.1 O recurso adesivo .....	216
2.13.5.1.2 Contrarrazões ativas (art. 1.009, § 1º).....	218
2.13.5.1.3 Modelo de apelação.....	219
2.13.5.1.4 Modelo de contrarrazões de apelação .....	220
2.13.5.2 Agravo .....	221
2.13.5.2.1 Agravo de instrumento.....	222
2.13.5.2.1.1 Modelo de agravo de instrumento .....	225
2.13.5.2.1.2 Modelo de contraminuta de agravo de instrumento.....	227
2.13.5.2.2 Recorribilidade das decisões interlocutórias não abrangidas pelo artigo 1.015: a teoria da taxatividade mitigada do STJ .....	227
2.13.5.2.2.1 Modelo de agravo de instrumento com aplicação da teoria da taxatividade mitigada.....	230
2.13.5.2.3 Agravo interno .....	232
2.13.5.2.3.1 A multa aplicada ao agravo interno (art. 1.021, § 4º).....	235
2.13.5.2.3.2 Modelo de agravo interno.....	239
2.13.5.3 Embargos de declaração .....	240
2.13.5.3.1 Modelo de embargos de declaração.....	244
2.13.5.4 Recurso ordinário.....	245
2.13.5.4.1 Modelo de recurso ordinário .....	247
2.13.5.5 Recursos excepcionais .....	248
2.13.5.5.1 A fungibilidade entre os recursos excepcionais .....	252
2.13.5.5.2 Interposição simultânea de recurso especial e recurso extraordinário.....	255
2.13.5.5.3 Recurso especial .....	256
2.13.5.5.3.1 Modelo de recurso especial .....	258
2.13.5.5.4 Recurso extraordinário.....	260
2.13.5.5.4.1 Modelo de recurso extraordinário .....	262
2.13.5.6 O agravo em recurso especial e extraordinário.....	264
2.13.5.6.1 Modelo de agravo em recurso especial e extraordinário .....	266
2.14 Ações autônomas de impugnação .....	268
2.14.1 Ação rescisória.....	268
2.14.1.1 Generalidades.....	268
2.14.1.2 Hipóteses de rescindibilidade.....	270

2.14.1.3 Procedimento.....	273
2.14.1.4 Modelo de ação rescisória.....	275
2.14.2 Querela nullitatis .....	277
2.14.2.1 Generalidades.....	277
2.14.2.2 Procedimento da querela nullitatis .....	279
2.14.3 Reclamação .....	282
2.14.3.1 Generalidades.....	282
2.14.3.2 Procedimento da Reclamação .....	284
2.14.3.4 Modelo de reclamação.....	286
2.15 Execução .....	287
2.15.1 Notas introdutórias: a passagem do modelo bifocal (cognição-execução) para o modelo sincrético .....	287
2.15.2 Conceito e espécies de execução no CPC/2015.....	288
2.15.3 Princípios da execução.....	289
2.15.4 Títulos executivos.....	291
2.15.5 Atributos da obrigação: certeza, liquidez e exigibilidade.....	295
2.15.6 Liquidação de sentença.....	296
2.15.7 O cumprimento de sentença .....	298
2.15.7.1 Aspectos procedimentais comuns .....	298
2.15.7.2 Espécies procedimentais .....	300
2.15.7.2.1 Cumprimento provisório de sentença.....	300
2.15.7.2.2 Cumprimento definitivo de sentença em obrigação de pagar quantia certa .....	301
2.15.7.2.3 Cumprimento de sentença em desfavor da Fazenda Pública.....	303
2.15.7.2.3.1 Bloqueio e sequestro de verbas públicas por razões humanitárias .....	304
2.15.7.2.4 Cumprimento de sentença em obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa .....	305
2.15.7.2.4.1 Astreintes (multa judicial).....	307
2.15.7.2.5 Modelo de cumprimento de sentença.....	309
2.15.7.3 Defesas do Executado.....	310
2.15.7.3.1 Defesas típicas, atípicas e heterotópicas.....	310
2.15.7.3.2 Impugnação ao cumprimento de sentença .....	311
2.15.7.3.2.1 A natureza e a contagem do prazo de quinze dias para pagamento voluntário no cumprimento de sentença .....	313
2.15.7.3.2.2 A inexigibilidade da obrigação baseada em título executivo judicial fundada em lei ou ato normativo considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal .....	315
2.15.7.3.2.3 Modelo de impugnação ao cumprimento de sentença.....	316
2.15.7.3.3 Exceção de pré-executividade.....	317
2.15.7.3.4 Modelo de exceção de pré-executividade .....	318
2.15.7.4 Medidas executivas atípicas .....	319

2.15.7.4.1 A aplicação de medidas executivas atípicas na tutela do crédito de indivíduos vulneráveis.....	321
2.15.7.4.2 O posicionamento do STJ sobre as medidas executivas atípicas .....	322
2.15.7.4.3 Modelo de agravo de instrumento contra medida executiva atípica.....	322

## **QUARTA PARTE - ATUAÇÕES ESPECÍFICAS DA DEFENSORIA PÚBLICA NO ÂMBITO PROCESSUAL CIVIL**

### **CAPÍTULO 1 - A atuação em defesa de grupos vulneráveis .....327**

1 Noções preliminares .....	327
2 Vulnerabilidade – extensão e compreensão do termo .....	328
3 Classificação: vulnerabilidades socioeconômicas e vulnerabilidades histórico-culturais.....	329
4 As 100 Regras de Brasília sobre Acesso à Justiça das Pessoas em Condição de Vulnerabilidade.....	330
5 A atuação da Defensoria Pública em favor de vulneráveis.....	331
6 A necessidade de uma atuação institucional alinhada à função promocional de direitos humanos .....	332
7 Modalidades de atuação processual em favor de vulneráveis: representação processual, legitimidade extraordinária e legitimidade autônoma .....	334
8 Custos vulnerabilis.....	337
8.1 Conceito.....	337
8.2 Fundamentos.....	338
8.3 Críticas ao custos vulnerabilis .....	340
a) terminologia .....	340
b) fundamentos.....	341
c) forma interventiva .....	345
d) natureza jurídica.....	346
e) critério para a intervenção.....	347
8.4 O custos vulnerabilis e as ações possessórias multitudinárias .....	348
8.5 Nossa posição sobre o custos vulnerabilis .....	349
8.6 Modelos.....	351
8.6.1 Medida protetiva de urgência em favor de mulher em situação de violência.....	351
8.6.2 Ação de indenização por exposição de imagens íntimas na internet (revenge porn).....	352
8.6.3 Ação de obrigação de fazer em favor de pessoa com deficiência .....	354
8.6.4 Ação de fixação de curatela em favor de pessoa com deficiência.....	355
8.6.5 Modelo de ação de retificação de registro em favor de transexual .....	357

### **CAPÍTULO 2 - Atuação da Defensoria Pública nas ações possessórias .....359**

2 Ações possessórias .....	359
2.1 Breves notas sobre as ações possessórias no CPC/2015 .....	359
2.2 Ação possessória de força nova e força velha.....	360



2.3 A vedação à exceção de domínio e a alegação de usucapião como matéria de defesa ....	361
2.4 O procedimento nas ações possessórias individuais.....	363
2.5 A atuação da Defensoria Pública nas ações possessórias multitudinárias (art. 554, §1º) ....	366
2.5.1 A hipótese do artigo 554, parágrafo 1º, do CPC/2015.....	366
2.5.2 A natureza jurídica da intervenção defensorial do parágrafo 1º do artigo 554 .....	370
2.5.3 Adaptações procedimentais necessárias.....	373
2.5.4 A hipótese do artigo 565, parágrafo 2º, do CPC/2015.....	376
2.5.4.1 A natureza jurídica da intervenção defensorial do parágrafo 2º do artigo 565.....	379
2.5.4.2 Adaptações procedimentais necessárias .....	380
2.5.5 Modelos .....	381
2.5.5.1 Reintegração de posse.....	381
2.5.5.2 Contestação em demanda possessória multitudinária .....	383
<b>CAPÍTULO 3 - Atuação nos processos familiares.....</b>	<b>385</b>
3 Breves notas sobre a evolução do conceito de família .....	385
3.1 O procedimento especial familiar inaugurado pelo CPC/2015.....	386
3.2 A obrigatoriedade da sessão de conciliação ou mediação nas demandas de família.....	388
3.3 A ausência da contra-fé no mandado de citação.....	392
3.4 Demandas alimentícias e o CPC/2015.....	395
3.4.1 Procedimento especial de conhecimento.....	396
3.4.2 Procedimentos especiais executivos.....	398
3.5 Outros temas processuais envolvendo o Direito de Família e o CPC/2015 .....	401
3.5.1 Inovações atinentes às demandas de divórcio e união estável.....	401
3.5.2 A não obrigatoriedade de avença sobre as cláusulas protetivas (guarda, visitas e alimentos) para homologação do pedido de divórcio ou separação consensual .....	402
3.6 Modelos.....	403
3.6.1 Divórcio .....	403
3.6.2 Reconhecimento e dissolução de união estável.....	405
3.6.3 Fixação de guarda, convivência familiar e alimentos .....	406
3.6.4 Investigação de paternidade.....	408
3.6.5 Alimentos gravídicos.....	409
3.6.6 Revisional de alimentos .....	411
3.6.7 Cumprimento de sentença de obrigação de alimentos (rito da expropriação).....	412
3.6.8 Cumprimento de sentença de obrigação de alimentos (rito da coerção pessoal)....	413
<b>CAPÍTULO 4 - A atuação frente à sistemática de precedentes vinculantes .....</b>	<b>415</b>
4.1 Noções fundamentais sobre a teoria de precedentes .....	415
4.1.1 Definindo o precedente.....	415
4.1.2 Dos requisitos para a formação do precedente .....	415
4.1.3 Método de identificação do precedente .....	417
4.1.3.1 As técnicas de distinção (distinguishing) e superação (overruling) do	

precedente.....	417
4.1.4. Eficácia do precedente.....	418
4.1.5 A distinção entre súmula, jurisprudência e precedente.....	419
4.2 O “microsistema de precedentes” incluído no CPC/2015 .....	420
4.3 Pode o defensor público negar a defesa judicial de pretensão contrária a um precedente?.....	421
4.4 Pressupostos à atividade denegatória de pretensão contrária a precedente pelo defensor público.....	423
4.5 A atuação da Defensoria Pública frente à litigância repetitiva.....	425
4.5.1 Técnicas de julgamento de demandas repetitivas .....	426
4.5.1.1 Os recursos especial e extraordinário repetitivos.....	426
4.5.1.2 Incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).....	429
4.5.1.2.1 Generalidades.....	429
4.5.1.2.2 Do procedimento do IRDR.....	431
4.5.1.2.3 A legitimidade da Defensoria Pública para provocação do IRDR .....	434
4.5.1.2.4 Modelo de incidente de resolução de demandas repetitivas .....	438
4.5.1.3 Incidente de assunção de competência (IAC).....	440
4.5.1.3.1 Generalidades.....	440
4.5.1.3.2 Procedimento do IAC.....	441
<b>CAPÍTULO 5 - Curadoria especial.....</b>	<b>445</b>
5.1 Curadoria especial: noções gerais.....	445
5.2 A curadoria especial no CPC/2015.....	445
5.3 Hipóteses de intervenção reguladas pelo artigo 72 do CPC/2015.....	447
a) incapaz sem representante legal ou com interesses colidentes (art. 72, inc. I).....	447
b) requerido “preso revel” (art. 72, inc. II, primeira parte).....	449
c) requerido “revel citado fictamente” (art. 72, inc. II, segunda parte).....	451
5.4 A atuação da Defensoria Pública enquanto curadora especial do deficiente intelectual .....	453
5.4.1 A impossibilidade de se sustentar a sobrevivência do instituto da interdição no ordenamento jurídico brasileiro.....	453
5.4.2 A legitimidade exclusiva da Defensoria Pública para exercício da curadoria especial ao deficiente intelectual nas demandas de “interdição” .....	457
5.5 Modelos.....	459
5.5.1 Defesa em curadoria.....	459
5.5.2 Recurso de apelação em curadoria de réu curatelado.....	460
<b>CAPÍTULO 6 - A atuação da Defensoria Pública enquanto <i>amicus curiae</i>.....</b>	<b>462</b>
6.1 Amicus curiae: noções gerais.....	462
6.2 Breves comentários sobre a intervenção do amicus curiae no CPC/2015 .....	464
6.3 A atuação da Defensoria Pública enquanto amicus curiae .....	467
6.4. Modelo de pedido de intervenção de amicus curiae .....	468
<b>CAPÍTULO 7 - A atuação em defesa de direitos sociais .....</b>	<b>470</b>

7.1 Direitos sociais: noções gerais .....	470
7.2 Mínimo existencial, limitação orçamentária e eficácia dos direitos sociais .....	471
7.3 A atuação da Defensoria Pública em defesa dos direitos sociais em espécie .....	472
a) direito à educação.....	473
b) direito à saúde .....	473
c) direito à alimentação .....	474
d) direito ao trabalho.....	475
e) direito ao lazer .....	475
f) direito à previdência social.....	476
g) direito à assistência social .....	476
h) direito à maternidade e à infância .....	476
i) direito ao transporte e à mobilidade urbana .....	478
j) direito à segurança .....	479
k) direito à moradia .....	479
7.4 Modelos.....	483
7.4.1 Obrigação de fazer – direito ao fornecimento de medicamentos .....	483
7.4.2 Ação de obrigação de fazer - matrícula em estabelecimento de educação infantil.....	485
7.4.3 Declaratória de usucapião individual .....	486
7.4.4 Declaratória de concessão de uso especial para fins de moradia .....	488

## **QUINTA PARTE - ATUAÇÃO PROCESSUAL COLETIVA DA DEFENSORIA**

<b>CAPÍTULO 1 - O processo coletivo brasileiro.....</b>	<b>493</b>
1.1 Notas introdutórias .....	493
1.2 Direitos transindividuais: difusos, coletivos strictu sensu e individuais homogêneos .....	493
1.2.1 Direitos difusos .....	494
1.2.2 Direitos coletivos strictu sensu .....	495
1.2.3 Direitos individuais homogêneos .....	496
1.3 Crítica à trilogia dos direitos transindividuais .....	497
1.4 Do Microssistema de Processo Coletivo .....	497
1.5 Teoria geral do processo coletivo .....	498
1.6 O controle jurisdicional de políticas públicas .....	510
1.6.1 Noções fundamentais.....	510
1.6.2 A via processual adequada para o controle jurisdicional de políticas públicas: o processo estrutural ou de interesse público .....	512
1.6.2.1 Fundamentos .....	512
1.6.2.2 Conceito e características .....	513
<b>CAPÍTULO 2 - A atuação coletiva da Defensoria Pública .....</b>	<b>515</b>
2.1 A atuação extrajudicial coletiva da Defensoria Pública .....	515
2.1.1 Recomendação Administrativa.....	515

2.1.1.1 Modelo de recomendação administrativa.....	516
2.1.2 Termo de Ajustamento de Conduta.....	516
2.1.2.1 Modelo de termo de ajustamento de conduta.....	517
2.1.3 Inquérito Civil.....	518
2.2 A atuação processual coletiva da Defensoria Pública.....	520
2.2.1 Fundamentos legitimadores da atuação processual coletiva da Defensoria Pública....	520
a) fundamentos jurídicos.....	520
b) fundamentos políticos.....	521
c) fundamentos sociais.....	522
2.2.2 A representatividade adequada da Defensoria Pública.....	523
2.2.3 A legitimidade processual coletiva da Defensoria Pública vista pelos nossos Tribunais.....	523
2.2.4 Crítica ao resquício restritivo de legitimação nas fases de liquidação e execução individual da sentença coletiva.....	528
2.3 Breves notas práticas a respeito do manejo da ação civil pública pelo Defensor Público.....	529
2.4 Modelos.....	531
2.4.1 Ação civil pública.....	531
2.4.2 Agravo de instrumento contra decisão denegatória de pedido liminar em ação civil pública.....	533

## **SEXTA PARTE - TÉCNICA E REDAÇÃO JURÍDICA**

<b>CAPÍTULO 1 - Noções básicas de redação jurídica.....</b>	<b>537</b>
1.1 A quem se peticiona?.....	538
1.2 Por que se peticiona?.....	539
1.3 Como se peticiona?.....	541
1.3.1 Técnicas de redação.....	541
a) clareza.....	541
b) objetividade.....	542
c) organização.....	542
1.3.2 Técnicas de narrativa e fundamentação.....	543
1.3.2.1 Narrativa fática.....	543
1.3.2.2 Fundamentação jurídica.....	544
a) a citação de dispositivos normativos.....	544
b) a citação da jurisprudência.....	545
c) a citação da doutrina.....	546
1.3.2.3 Delimitação dos pedidos.....	546
1.3.3 Técnicas de estruturação.....	547
1.3.3.1 Parte formal.....	547
a) endereçamento.....	547
b) qualificação das partes.....	547

c) representação pela Defensoria Pública.....	548
d) nomeação da demanda .....	548
e) assinatura.....	548
f) valor da causa.....	548
1.3.3.2 Parte material.....	549
2. Estrutura da peça judicial à luz do moderno direito processual.....	549
2.1 O que não reproduzir em uma petição jurídica .....	549
2.2 Estrutura básica da petição jurídica à luz do CPC/2015 .....	552
<b>CAPÍTULO 2 - Redação jurídica e provas de concurso público .....</b>	<b>553</b>
2.1 Dicas envolvendo a elaboração da peça prática .....	553
2.2 Dicas envolvendo a elaboração de questões discursivas.....	554
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>559</b>